Revista do
CEAM

ISSN 1519-6968

Artigo

Brasília: do desenho 'utópico' de cidade 'harmoniosa' ao pesadelo de metrópole desigual e segregadora de 'periferias'[1]

Manuel Carlos Silva
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
Braga, Portugal.
https://orcid.org/0000-0001-8462-9516
mcsilva2008@gmail.com

Luiz Fernando Macedo Bessa
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. Brasilia, Brasil.
https://orcid.org/0000-0002-6457-7357
lfmbessa@gmail.com

Ana Maria Nogales Vasconcelos
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. Brasilia, Brasil.
https://orcid.org/0000-0001-7589-107X
ananogalesunb@gmail.com

Maria de Fátima Rodrigues Makiuchi
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília. Brasilia, Brasil.
http://lattes.cnpq.br/7082177364352540
fatima.makiuchi@gmail.com

1 Embora a reflexão sociológica expressa neste texto seja basicamente resultante do contributo do primeiro autor em fragmento do livro *Socio-Antropologia Rural e Urbana* e como coordenador de um projeto sobre a habitação básica em Portugal entre 2016 e 2019 (Silva 2012, Silva *et al*. 2020), são de referir os contributos de Fernando Bessa Ribeiro sobretudo no ponto 4. e dos demais co-autores designadamente no enquadramento e caraterização do Plano Piloto e das cidades-satélite, assim como das diversas dimensões relativamente ao desenvolvimento e integração metropolitana, metropolização e governança, políticas públicas, condições de vida, desigualdades sociais no curso de vida, sendo de relevar os trabalhos publicados recentemente na obra de referência *Território e sociedade: as múltiplas faces da Brasília metropolitana*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, organizado por Ana Maria N. Vasconcelos, Leides B.A. Moura, Sérgio U.S. Jatobá, Rebeca Carmo de S. Cruz, Márcia de A. Mathieu e Aldo Paviani. Os autores deste texto, sendo maioritariamente docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional e investigadores do Centro de Estudos Multidisciplinares Avançados (CEAM) e, em particular, do Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEUR), estão articulados e associados com outros núcleos e Programas de pós-graduação da Universidade de Brasília (UnB) e outros centros de pesquisa, designadamente em países da América Latina, de Portugal, Espanha e França, sendo de referir a colaboração existente com o *Institut de Recherche pour le Developpment* (IRD) em projeto financiado pelo CNPq (Acordo Bilateral-IRD/UnB/CNPq n.o 490628/2013-3) e o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.Nova) da Universidade do Minho.

Fernando Bessa Ribeiro
Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
Braga, Portugal.
https://orcid.org/0000-0001-7431-8562
fbessa@yandex.com

DOI: https://doi.org/10.5281/zenodo.3958643
Recebido / Recibido / Received: 2020-11-30
Aceitado / Aceptado / Accepted: 2020-12-30

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Resumo

Este artigo analisa o projeto e desenho inaugural de Brasília como cidade nova, harmoniosa e coesa pela perspetiva crítica, tendo em vista o processo de afastamento e/ou expulsão do Plano Piloto não só de indígenas como doutras classes e grupos étnico-raciais marginalizados, designadamente migrantes operários originários doutros Estados, reais obreiros materiais da cidade monumental, originando a formação de cidades periféricas 'desordenadas', sem transportes adequados, sem infraestruturas e equipamentos mínimos e com condições habitacionais precárias. O projeto da cidade de Brasília como nova capital do Brasil, alegadamente construída para integrar o Centro-Oeste com o litoral e impulsionar o desenvolvimento, correspondeu à criação de condições duma nova fase de expansão agroindustrial e modernização capitalista do país mas implicando a reprodução de desigualdades socio-espaciais, o que exige indagar sobre os fatores exógenos e endógenos dos processos de dependência, subalternização e segregação socio-espacial das cidades-satélites e seus residentes.

Palavras-chave: Brasil, Brasília, Espaço urbano, Planejamento urbano, Zona urbana.

Brasília: from the "utopian" design of a "harmonious" city to the nightmare of an unequal and segregating metropolis of "peripheries"

Abstract

This article analyses the project and inaugural design of Brasília as a new, harmonious and cohesive city from a critical perspective, with a view to the process of removal and/or expulsion from the Pilot Plan not only of indigenous people but also of other classes and marginalized ethnic-racial groups, namely migrant workers from other states, real material workers from the monumental city, giving rise to the formation of 'disorderly' peripheral cities, without adequate transportation, minimal infrastructure and equipment, and with precarious housing conditions. The project of the city of Brasília as the new capital of Brazil, allegedly built to integrate the Midwest with the coast and boost development,

corresponded to the creation of conditions for a new phase of agroindustrial expansion and capitalist modernization of the country but implying the reproduction of socio-spatial inequalities, which requires inquiring about the exogenous and endogenous factors of the processes of dependence, subordination and socio-spatial segregation of satellite cities and their residents.

Keywords: Brazil, Brasília, Urban environment, Urban planning, Urban area.

Brasília: del diseño "utópico" de una ciudad "armoniosa" a pesadilla de una metrópolis desigual y segregadora de "periferias"

Resumen

Este artículo analiza el proyecto y el diseño inaugural de Brasilia como ciudad nueva, armónica y cohesionada desde una perspectiva crítica, con vistas al proceso de remoción y/o expulsión del Plan Piloto no sólo de los indígenas, sino también de otras clases y grupos étnico-raciales marginados, a saber, los trabajadores migrantes de otros estados, verdaderos trabajadores materiales de la ciudad monumental, lo que llevó a la formación de ciudades periféricas “desordenadas”, sin transportes adecuados, infraestructuras y equipamientos mínimos, y condiciones de vivienda precarias. El proyecto de la ciudad de Brasilia como nueva capital de Brasil, supuestamente construida para integrar el Centro-Oeste con el litoral e impulsar el desarrollo, correspondió a la creación de condiciones para una nueva fase de expansión agroindustrial y de modernización capitalista del país, pero implicando la reproducción de las desigualdades socioespaciales, lo que obliga a preguntarse por los factores exógenos y endógenos de los procesos de dependencia, subordinación y segregación socioespacial de las ciudades satélites y sus habitantes.

Palabras clave: Brasil, Brasília, Medio urbano, Planificaciòn urbana, Zona urbana.

1 Introdução: problema e projeto

O planejamento, a simetria, a homogeneidade racional e a monumentalidade do desenho urbano do Plano Piloto de Brasília pelo qual se pretendeu, por meio da sobriedade das formas, moldar uma nova cidade e um “novo homem” contrastam frontalmente com as formas das suas periferias, as quais apresentam uma relativa desordem e (des)organização, resultantes de processos de ocupação espontâneos e, não raro, “transgressivos”, mas, em última instância, decorrentes de um processo de gentrificação do centro e de expulsão das classes subalternas, a saber, comunidades indígenas e trabalhadores manuais, designadamente migrantes dos Estados do centro, norte, nordeste, sudeste e sudoeste. Esses contrastes traduzem-se nos dados estatísticos relativos à população, às infraestruturas físicas, à educação e aos níveis de escolaridade,

à saúde, aos equipamentos culturais, com repercussões políticas e cultural-simbólicas nos diversos grupos e categorias sociais.

Tomando como referência alguns dados entre a região central de Brasília, o Plano Piloto e as outras áreas periféricas também designadas de Regiões Administrativas (RA), não só os moradores como qualquer visitante têm imediata perceção relativamente ao contraste entre os eixos centrais da cidade de Brasília e suas habitações e as das cidades periféricas envolventes, mas socio-espacialmente segregadas e/ou marginalizadas. Nestes espaços verificam-se índices preocupantes de crescente subalternidade, dependência e privação, exclusão e marginalização social, o que nos induz a questionar: como foi possível aventar a hipótese de pretender implantar uma cidade harmónica e "igualitária" num terreno forjado não só na inicial expulsão de comunidades indígenas como na subsequente exploração/expulsão de novos operários urbanos, recriando e reproduzindo, em tais condições e processos, a velha ordem social? O que foi apresentado como plano de desenvolvimento económico do interior do Brasil e de impulso à integração do litoral com a região central não teria sido uma resposta "desenvolvimentista" no quadro das condições necessárias (infraestruturas, energia e transportes sobretudo rodoviários) para a industrialização, a modernização e a expansão capitalista do Brasil com todas as implicações de reprodução de desigualdades socio-espaciais? Mais, que fatores exógenos e endógenos explicam esta relativa subalternidade e dependência, exclusão e marginalização, nomeadamente nas vilas e nos bairros de subúrbios e, sobretudo, nas cidades-satélite envolventes a Brasília?

Estas são questões que os autores deste texto visam equacionar, oferecer uma reflexão teórica e análise com base em dados históricos e empíricos de ordem quantitativa e qualitativa recolhidos e tratados por diversos investigadores da Universidade de Brasília, plasmados basicamente no já referido livro *Território e Sociedade* organizado por A. M. N. Vasconcelos *et al.* (2018). Procurar-se-á compreender e explicar as situações de dependência e privação, de exclusão e marginalização e, nalguns casos, de segregação social e étnica, instauradas por instâncias formais de poder e por grupos sociais dominantes e elites urbanas, amiúde consentidas por membros de classes intermédias do funcionalismo nas instituições federais e distritais e dos serviços de vários sectores. Tal exige, para além de um enquadramento mínimo nos emergentes processos de criação e institucionalização da cidade de Brasília nos anos de 1960 e os subsequentes processos de urbanização e respetivas mudanças e continuidades, refletir sobre a relação entre sociedade, tempo e espaço, designadamente urbano, equacionar os diversos modelos sobre o fenómeno urbano (funcionalista, bio-ecológico-cultural, (neo) weberiano, (neo)marxista, cultural-simbólico). Com base em dados históricos, demográficos e socio-antropológicos poder-se-á aferir qual ou quais das referidas abordagens permitem não só interpretar a evolução das diversas configurações do rural-urbano desde a criação da cidade e região envolvente a partir do espaço habitado por indígenas e camponeses, como compreender e explicar de modo adequado, já nas últimas décadas, as relações sociais entre os espaços urbanos de Brasília e as cidades periféricas, os processos de diminuição de residentes e cada vez mais envelhecidos no Plano Piloto de Brasília, suas formas de habitar e mobilidade, explicar o aparecimento de novas centralidades subalternas e o aumento exponencial de moradores nas cidades periféricas e os diferenciados comportamentos, representações e mentalidades por parte dos residentes na cidade e sua relação com os residentes das vilas e das cidades envolventes de Brasília e vice-versa.

Tal implicará analisar o papel das instituições públicas federais e distritais na esfera das políticas públicas sobre infraestruturas e equipamentos sociais, serviços públicos e consumos coletivos, políticas de educação, saúde e habitação, assim como das associações e movimentos sociais urbanos de resistência e adaptação/acomodação, com particular incidência nas vilas e cidades-satélite de Brasília. Estas comunidades urbanas ou cidades-satélites, amiúde cientes de suas identidades locais perante o centro, podem ser vistas como subtotalidades significativas em função dos locais de vivência e habitação (e, em menor medida, de trabalho), obrigando igualmente a equacionar a questão de saber se estes espaços, inicialmente apropriados ou usurpados por especuladores (*grilheiros*), foram posteriormente validados/legalizados em favor de compradores de boa-fé, mas ludibriados por aqueles. Alguns destes espaços adquirem um estatuto de novas centralidades, outros se mantêm fortemente dependentes, mas uns e outros evidenciam diferentes tipos de sociabilidade e caracterizam-se por determinados modos de organização socio-espacial com identidades e solidariedades socio-espaciais enraizadas e, eventualmente, com alguns tipos de conflitos, nomeadamente territoriais, interétnicos e de classe, em regra com entidades exteriores a esses espaços, com as quais mantêm registos, ora (semi)ocultos ora explícitos de resistência ou de acomodação no quadro de relações diádicas de tipo paternalista ou clientelar (cf. SCOTT, 1990; SILVA, 1998 e 2012; VASCONCELOS, 2020; BESSA E NASCIMENTO, 2020).

Focalizando-nos no Distrito Federal (DF) e, em particular, no Plano Piloto e comparando os dados disponíveis sobre ele com os municípios e cidades-satélite, decorrentes de formas de expulsão e, subsequentemente, ocupações irregulares urbanas (vg. Sol Nascente na cidade-satélite da Ceilândia), tal implica analisar os impactos do êxodo rural, da evolução, urbanização e modernização da cidade e cidades-satélite desde os anos 60 do século XX até hoje (cf. VELHO, 1982; J. G. SILVA, 1982; KAGEYAMA, 1987; WANDERLEY, 2009; VASCONCELOS, 2020), das migrações e dos recentes movimentos de migrantes e refugiados, da penetração das novas tecnologias e o papel do Estado e, sobretudo desde os anos 1990, de instâncias supraestatais, as quais têm reconfigurado os espaços nomeadamente urbanos.

Perante flagrantes assimetrias causadas pela lei da oferta e procura e pela renda fundiária urbana (SANTOS, 1982; M. SANTOS, 1988), procurar-se-á, com base em vários trabalhos realizados sobre Brasília e a área metropolitana de Brasília traçar um retrato das infraestruturas, condições de vida, níveis de escolaridade, desigualdades sociais em termos de classe e/ou grupos de renda, de género e de raça/etnia, evidenciando modos e níveis de vida e de habitação, quer no Plano Piloto em Brasília, quer nas áreas periféricas ou cidades-satélites. Procurar-se-á traçar um quadro diferenciado da realidade social urbana de Brasília e das regiões e cidades-satélite, contando com dados estatísticos e os resultados de diversos trabalhos realizados por investigadores nos diferentes temas e contando com o Observatório das Metrópoles/ Núcleo Brasília do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT/MCT/CNPq). Por fim, proceder-se-á às conclusões e elaborar-se-ão algumas recomendações para políticas públicas que visem corrigir e atenuar as referidas assimetrias através de programas federais, estaduais e municipais, seja por melhoria das infraestruturas, equipamentos e serviços públicos, seja por políticas inclusivas nas áreas da educação, da saúde e da habitação.

2 Uma breve aproximação teórica

A análise da origem e evolução das vilas e cidades-satélite (sub)urbanas exige, em termos teórico-metodológicos, recolocar no centro do debate as (inter)relações entre antigo rural habitado por grupos indígenas, quilombos e camponeses e os velhos e novos protagonistas económicos e políticos dos espaços urbanos. A este respeito contudo convirá ter presente que sobre os espaços urbanos há diversas correntes: a funcionalista, centrada na gestão do território face à diferenciação e '(des)organização' social (DURKHEIM, 1977), a que se contrapõe, complementando, a visão bio-ecológica e cultural da Escola de Chicago que perspetiva a cidade como variável independente e estruturante dos 'modos de vida urbanos' (PARK, 1987; WIRTH 1987); a (neo)weberiana de cariz pluridimensional mas com particular destaque para a autocefalia cívico-política da cidade (WEBER, 1978; LEDRUT, 1968); a (neo)marxista focalizada na estrutura técnico-económica, enquanto fator explicativo das constelações urbanas (MARX, 1974; LEFEBVRE, 1968; CASTELLS, 1982; HARVEY, 1992) e a simbólico-cultural (LYNCH, 1982; HANNERZ, 1983).

À velha discussão sobre a dicotomia rural-urbano foi sustentada a tese do *continuum* rural-urbano (SOROKIN; ZIMMERMAN, 1929), prosseguida por uma outra defensora da permeabilidade e diluição do rural-urbano (GASPAR, 1994), embora com alguma heterogeneidade e conflitualidade social e axiológica entre estabelecidos e forâneos recém-chegados (ELIAS; SCOTSON, 1965; NEWBY, 1980). Sendo imprescindível proceder a uma abordagem de base territorial, esta necessita de ser articulada com a já referida teoria da dependência, aplicável a espaços rurais e urbanos a nível transnacional, nacional, regional e local. Porém, esta é insuficiente se não implicar uma revalorização e relativa autonomização do espaço e sua articulação com as classes e grupos sociais, tal como o fazem Remy e Voyé (1976), Harvey (1977), Trifht e Williams (1988), M. Santos (1996), A. F. Costa (1999), Sennet (2005) e Silva (2004, 2006, 2012), evitando ver o rural e o urbano como categorias pós-agrícolas, reificadas. Mais, Gans (1962), Pahl (1966) e Newby (1980) avançam a tese de que comportamentos e representações sociais não são apenas definidos pelo tipo de espaço – rural ou urbano – mas também pela pertença étnica, de classe e de gênero, idade ou fase do ciclo de vida.

Por fim, ao nível interativo e transacional (cf. GOFFMAN, 1988/1963; BARTH, 1980/1969), as cidades sob estudo, como refere Hannerz (1983), podem perspetivar-se como totalidades sociais que englobam, em função dos locais de trabalho e habitação, diferentes tipos de sociabilidades ou modos de vivência urbana: o enclave, a segregação, a integração e o isolamento, 'descendo' à análise do bairro como unidade socio-espacial como subtotalidade significativa. Por seu turno, em vilas, bairros e cidades-satélite perpassadas de processos de segregação/exclusão social, importa problematizar até que ponto tais situações são também potenciadas pelos poderes centrais da cidade de Brasília e respetivas classes dominantes e grupos intermédios e, em particular, instituições e/ou 'empreiteiros da moral' (BECKER, 1968), tendentes a identificar-se com os grupos alegadamente superiores e a distinguir-se dos demais, rotulando e desclassificando as populações das cidades-satélite, o que contribui a reforçar estas identidades deterioradas, negativas (cf. GOFFMAN, 1988). Os bairros, as vilas e cidades-satélite, nas suas diferentes escalas e configurações, são amiúde enclaves intersticiais que se caracterizam por determinados tipos de organização socio-espacial com identidades e solidariedades socio-espaciais enraizadas e eventualmente, perpassados por proces-

sos de mobilidade geosocial, vertical e sobretudo horizontal, por demarcações sociais, desmembramentos administrativos e alguns tipos de conflitos internos (territoriais, interétnicos e de classe), em particular com entidades exteriores ao bairro/vila ou cidade periférica (executivos municipais, planejadores e eventuais interesses imobiliários).

3 Brasília: do desenho do Plano Piloto à desigual relação entre centro e periferias

Tendo exposto os objetivos e as questões equacionadas, procuraremos descrever e analisar de modo sucinto o processo de formação da cidade de Brasília e seu desenvolvimento desigual nomeadamente entre o Plano Piloto e outras áreas privilegiadas e as áreas e municípios periféricos e respetivas cidades-satélite, para o que convocamos dados extraídos de estatísticas a nível federal, estadual e, em particular, do Distrito Federal (DF). Seguir-se-á um quadro das desigualdades em termos de classe e/ou escalões de renda nas regiões em contraste, por pertença etno-racial e de género, o que é possível seguir através dos diferenciados e contrastantes cursos e trajetórias de vida desde a infância à terceira idade.

3.1 Do ‘sonho’ ao choque com a realidade

A criação de raiz de Brasília como cidade-modelo para capital de um país continental como o Brasil, já imaginada desde o tempo imperial e sobretudo com a instauração da República, obedeceu a um planejamento de uma cidade basicamente administrativa-terciária para 500.00 habitantes a ser sediados no Plano Piloto, junto do qual se agregariam diversos núcleos dispersos, eventualmente como pólos de crescimento para alguma indústria, comércio e turismo. Segundo os seus criadores políticos, determinados a transferir a capital do Rio de Janeiro para a nova cidade de Brasília, o projeto foi saudado como fator de integração nacional, embora arrancado a ferros a partir do cerrado – considerado ‘improdutivo’ – na ‘Marcha para o Oeste’ desde o tempo de Getúlio Vargas até à sua concretização com Juscelino Kubitschek nos anos 50-60 do século passado. Mais, conforme os desenhos dos seus projetores, designadamente Lúcio Costa e Óscar Niemeyer, pretender-se-ia criar uma cidade moderna exemplarmente “única” e funcional, “harmónica” e horizontal, socialmente mista e equitativa ou mesmo igualitária (COSTA, 1985; IPHAN 2014). Tal como refere Jatobá (2019:185), o propósito alegadamente utópico de Lúcio Costa, enquanto principal criador de Brasília, apontava não só para o desenvolvimento em termos económicos, como culturais:

> “…O coroamento de um grande esforço coletivo em vista do desenvolvimento nacional– siderurgia, petróleo, barragens, auto-estradas, indústria automobilística, construção naval – corresponde assim à chave de uma abóbada e, pela singularidade da sua concepção urbanística e da sua expressão arquitetónica, testemunha a maturidade intelectual do povo que a concebeu, povo então empenhado na construção de um novo Brasil, voltado para o futuro e já senhor do seu destino” (COSTA, 1967). E, em termos culturais:
> “…a cidade planejada para o trabalho ordenado e eficiente, mas ao mesmo tempo cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelec-

> tual, capaz de tornar-se com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país" (COSTA, 1991).

Este sonho quase faraónico, alegadamente utópico mas espantosamente idealista, viria a embater com uma realidade social verticalizada a começar pela presença nuclear de milhares de anónimos migrantes vindos de Goiânia e de Minas Gerais, do Norte e do Nordeste, aos quais, além de não lhes ser reconhecido o estatuto de verdadeiros criadores materiais da nova cidade monumental, nem sequer foi previsto para eles um lugar na dita cidade 'amena', 'harmónica' e 'igualitária', contando que regressariam às terras de origem ou dedicar-se-iam à lavoura como agricultores ou assalariados em fazendas! Ou, mais exatamente, foram sendo sistematicamente excluídos desde a primeira hora, despachados e empurrados para novas áreas periféricas a ser desbravadas e desflorestadas na fronteira agrícola, eventualmente intermediada com alguma indústria transformadora e comércio. Malogrados os objetivos de mistura social e equidade, escancaradas as desigualdades socio-espaciais e respetivas contradições, como o reconheceu o próprio Lúcio Costa dez anos depois do plano de 1956 (cf. IPHAN, 2014), restou-lhe reconhecer como ponto de contato e convergência a Rodoviária, ponto 'conquistado' por milhões dos habitantes da periferia e, *malgré tout*, celebrado 'orgulhosamente' pelo referido urbanista em entrevista dada em 1984 ao *Jornal do Brasil*. A contradição não poderia ser mais evidente: como implantar uma cidade harmónica e igualitária num terreno forjado não só na inicial expulsão de comunidades indígenas como na subsequente exploração/expulsão de novos obreiros urbanos? Como criar uma sociedade modernista pretensamente horizontal com o propósito de estabelecer um centro privilegiado sem ter presente a realidade duma sociedade profundamente dividida em termos de classe, étnicos e de género, em que os seus obreiros materiais foram sendo 'centrifugados', expulsos e invisibilizados para as diversas periferias?

Hoje, fazendo um breve relance sobre o processo histórico ao longo de 60 anos, não só há a plena consciência das rupturas ocorridas no tecido social como se constata que o sonho idealizado para 'deleite' político, intelectual e artístico duma elite minoritária e classes intermédias – propensas, nas palavras de Costa (1991), ao 'devaneio' e à 'especulação intelectual' –, se confronta com um quotidiano duro para grande parte da população que vive fora do Plano Piloto. Tal ocorreu de resto não por saturação demográfica da centralidade do Plano Piloto, mas porque, na sequência do sustentado por vários autores como Vasconcelos *et al.* (2006:7), Paviani (2010), Peres (2019:212 ss) e Makiuchi *et al.* (2019:244 ss), os precoces processos de gentrificação com as inerentes consequências de expulsão e segregação socio-espacial de classes e grupos sociais desprovidos foram intencionalmente gizados e 'planejados', originando aglomerações polarizadas à volta de Tatuatinga em 1958, Sobradinho em 1959, Gama em 1960, Ceilândia em 1971 e outros subsequentes. Ou seja, ainda antes de consumada a construção do Plano Piloto, o poder no centro forçou à 'espontânea' emergência de acampamentos e, seguidamente, à remoção disciplinar e expulsão violenta dos moradores para espaços sem infraestruturas (água, luz, asfalto, redes de esgoto e saneamento), formando-se de seguida 'cidades-satélite', entre as quais simbolicamente Ceilândia, assim designada por ser produto de 80.000 pessoas deslocadas para a terra (*lândia*) por efeito da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Esta política de expulsão e segregação de modo algum foi corrigida pelos políticos que se foram suceden-

do a nível federal e do Distrito Federal (DF), não sendo tão pouco criadas de imediato as condições mínimas de urbanização.

Com efeito, o Plano Piloto de Brasília, planeada pelos membros do Júri e seus projetistas vencedores para 500.00 residentes, nunca alcançou esse volume populacional. De facto, desde a inauguração o Plano Piloto vem crescendo mais lentamente do que as demais áreas do Distrito Federal, reduzindo a sua participação no total da população do DF de, aproximadamente, 50% em 1960 para 7,6% em 2019.[2]

A nível da região mais ampla do Centro-Oeste, a população quintuplicou, chegando aos 16,5 milhões de habitantes (JATOBÁ, 2019:184), tendo entretanto surgido importantes subcentros com suas identidades como a aglomeração polarizada em torno de Taguatinga, a qual com Ceilândia, Samambaia e Águas Claras soma já 37,3% da população do DF. Por outro lado, Brasília, tendo-se tornado património cultural da humanidade em 1987 na base do critério *i*) por ser "obra prima do génio humano" e do critério *iv*) por constituir "um conjunto arquitetural excepcional como etapa significativa da História da Humanidade" apresenta uma estratégia patrimonialista e preservacionista (ICOMS da Unesco 1987 *in* MATHIEU, 2019:201; PERES 2019:214). Apesar de adequada, esta estratégia legitima e faz paradoxalmente emergir operações especulativas imobiliárias, em que os preços de compra e aluguer de casas têm afastado os habitantes de menores recursos, razão pela qual Brasília e o Plano Piloto, em contraciclo de outras cidades, vêm perdendo população nos últimos anos. Cava-se assim um fosso entre as classes e elites dominantes juntamente com as camadas intermédias, mormente residentes na área central (Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte e Sudoeste), e as classes com menos recursos ou pobres deslocadas para as periferias. Se inquirirmos sobre qual a origem dos moradores residentes no Plano Piloto e em Ceilândia, verificamos que, enquanto na Ceilândia 68,43% da população é originária do Nordeste do país, no Plano Piloto provém dessa região apenas 26,72%. Por outro lado e contrariamente ao desejável, na área metropolitana de Brasília não há, segundo Brandão (2019:41), suficiente investimento público em infraestruturas e serviços de consumo público (vg. água, saneamento), assim como não se verifica uma integração entre o Distrito Federal e seus municípios envolventes (incluindo 12 municípios goianos adjacentes). Tem-se constatado a polarização de áreas mais dinâmicas (capital federal, o eixo industrial de Goiânia-Anápolis e o agro-negócio a leste) face a outras mais estagnadas ou deprimidas, não se difundindo nem potenciando assim o desenvolvimento nas periferias mas aumentando disparidades socio-espaciais e mesmo, a contragosto dos planejadores de Brasília (COSTA, 1995/1967), *habitats* degradados e processos de favelização.

Por fim, tal como noutras metrópoles do Brasil, no DF em relação aos municípios envolventes, quer o índice de desenvolvimento humano (IDH) traduzido em longevidade, educação e renda, quer o índice de Gini situavam-se respetivamente em 0,824 e 0,570, indiciando e confirmando desigualdades socio-espaciais numa lógica de concentração espacial em contexto metropolitano (cf. OLIVEIRA, 1987). As disparidades socio-espaciais tendem a aumentar, dada a menor capacidade de arrecadação de recursos,

2 A população do DF foi estimada em 2.972.209 habitantes (cf. CODEPLAN, 2018, IBGE, 2018). Sendo a Ceilândia uma localidade mais consolidada, as áreas de maior crescimento recente na periferia no DF são as RAs de São Sebastião e Paranoá. Entre 2010 e 2019 Paranoá e São Sebastião tiveram suas populações aumentadas em mais de 50%, passando de 48 mil e 76 mil em 2010 para 74 mil e 111 mil em 2019, respetivamente. O Plano Piloto apresentou um aumento menor, de 10% no mesmo período: de 209 mil a 228 mil.

nomeadamente impostos por parte dos municípios periféricos, cujos investimentos e atividades persistem em ser bastante menos significativos que os de Brasília-capital, de resto um processo similar a outras regiões metropolitanas do Brasil, como o constaram Rezende e Garson (2006) e Furtado et al (2013), ficando assim dependentes de transferências estaduais e federais e tanto mais dependentes quando mais pequenos forem. Segundo Nocko e Coitinho (2019:81), os municípios da Periferia Metropolitana de Brasília – que entre 2005 e 2013 conheceram um crescimento de 11,8% nas receitas correntes (inclusive acima do crescimento do DF em 6,2%) e de 14,7% em receitas tributárias (superiores aos das transferências correntes de 10,5%) – sofreram no período recessivo de 2014-16 uma queda abrupta: 0,9% (e -1,5 em Brasília). Enquanto a média das receitas tributárias nos municípios em 2016 rondava os 7,5%, em Brasília era de 11,4% e, somando os tributos estaduais (ICMS, IPVA e ITCD),[3] a arrecadação tributária corrente global seria de 50,7%. A mesma tendência de retração ter-se-ia verificado com as despesas com pessoal, o que se repercute no mercado de trabalho, também ele desigual entre Brasília e os municípios periféricos.

3.2 Desigualdades de classe, étnico-raciais e de género: a educação

Ainda que os dados oficiais não permitam uma análise de classes, designadamente no DF, é evidente que o espaço, a pertença de classe, assim como racial-étnica e de género constituem condições objetivas de vida que estruturam não só o lugar de cada família e indivíduo no tecido social e nas oportunidades ou desvantagens de partida como marcam as trajetórias diferenciadas e desiguais dos cidadãos/ãs desde o nascimento até à terceira idade no que concerne a educação, passando pela posse ou não posse de recursos de várias ordem e, de modo mais geral, na inserção (ou não) na vida ativa e/ou no mercado de trabalho, até ao processo de envelhecimento, condição de idoso com a respetiva reforma.

Perante a inviabilidade duma análise de classes sociais no DF operacionalizada mediante uma análise de profissões, socorremo-nos de uma classificação de Vasconcelos et al. (2019a, 2019b) que, seguindo a tipologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2017, estabeleceram 4 grupos conforme os diversos tipos de espaço associados a diversos tipos de renda: (i) alta; (ii) média-alta; (iii) média-baixa; (iv) baixa, ao qual é agregado o conjunto de municípios da periferia pertencentes a Goiás.[4] Resumindo as conclusões de Vasconcelos et al. (2019a:261 ss), começaríamos por anotar que as taxas de natalidade são mais elevadas em regiões e grupos com mais baixa renda do que nas de mais alta renda (respetivamente 19 versus 11,7 por mil habitantes) e a idade média de ter filhos menor na periferia e nos grupos de menor renda do que nos de renda mais elevada (25,7 anos versus 31,6 anos). A média de nascimentos

3 ICMS – Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços; IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automóveis; ITCD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação.

4 Ao grupo 1 de alta renda pertenceriam o Plano Piloto, Lago Sul, Lago Norte, Jardim Botânico, *Park Way* e Sudoeste/Octogonal; ao grupo 2 de renda média-alta: Taguatinga, Vicente Pires, Águas Claras, Guará, Gama, Sobradinho, Sobradinho II, Candangolândia, Cruzeiro e Núcleo Bandeirante; (iii) grupo 3 de renda média-baixa: Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, SAI, São Sebastião, Santa Maria, Riacho Fundo, Riacho Fundo II e Planaltina; ao grupo 4 de renda baixa: Paranoá, Itapuã, Fercal, Recanto das Emas, SCIA e Varjão) e associado a este os municípios da PMB de Goiás: Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Cocalzinho de Goiás, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo António do Descoberto e Valparaíso de Goiás.

em 2015 em mulheres com menos de 30 anos é de 61,1%, subindo a 71,2% em municípios de baixa renda e caindo a menos de 30% em espaços centrais como Plano Piloto e Lago Sul. E, quanto a maternidade precoce, verifica-se que 87% de nascimentos de mães solteiras ocorrem em localidades periféricas e grupos de renda mais baixa no DF e, em geral, de baixa escolaridade. Quanto à taxa de mortalidade infantil (TMI), na área central e de mais alta renda era de 7,5, na média-alta de 9,5, na média-baixa 11,2, na baixa 12,6 e na periferia 12,8 por mil nascidos. As duras e vulneráveis condições de vida sobretudo para famílias monoparentais e numerosas agravam-se devido aos inexistentes ou precários recursos médico-hospitalares e às condições de acesso a serviços de atenção primária de saúde (APS) materna e infantil e de assistência social nos municípios mais periféricos do DF.

No que concerne à educação de primeira infância em creches (0-3 anos) e pre-escolar (4-5 anos), apesar das metas propostas ousadas a nível nacional no sentido da generalização destes níveis de educação, no DF só 25% das crianças dos 0-3 anos e 81,7% a pré-escola são abrangidas. Relativamente às mães, enquanto nos locais e grupos de menor renda 25% das mães não concluíram o ensino fundamental e apenas 14% o 12º ano, nos de maior renda apenas 3,4% não terão concluído o ensino fundamental e 80% detinham pelo menos 12 anos de estudos (SOUSA, 2017;, VASCONCELOS, 2017; VASCONCELOS *et al.* 2019a:261).

No que concerne a escolaridade básica e secundária, atendendo à qualidade inferior da escola pública por comparação com a privada, constata-se que, enquanto nos municípios periféricos e de baixa renda mais de 70% das crianças frequentam as escolas públicas com retenções e/ou abandonos escolares, nos espaços centrais e de renda mais elevada mais de 50% de crianças frequentam escolas privadas. Por outro lado, na faixa etária entre 18 e 29 anos, se nas regiões de alta renda apenas 5,5% não finalizaram o ensino médio, nas de média-baixa renda a percentagem sobe a 29,4% e nas de baixa renda a 38,8%. Quanto ao superior, enquanto nas áreas de elevada renda concluíram o curso superior 73,3%, nas de renda mais baixa o fizeram apenas 12,4% (DIAS *et al.* 2019:280, 283-284). Estes dados são igualmente confirmados de modo aproximado quando se comparam as áreas centrais com maior poder aquisitivo: 80% residindo em áreas com renda mais elevada concluíram o ensino superior e em áreas de renda média-alta 43%, mas em de renda média-baixa desce para 15% e nas de baixa renda decai para 5%. (VASCONCELOS *et al.* 2019b:297). Com efeito, no que se refere à escolaridade, se compararmos, por exemplo, os dados entre o Plano Piloto e Ceilândia é notável a discrepância. Enquanto o Plano Piloto ocupa o terceiro lugar, em relação à população com nível superior completo, a Ceilândia está na 24ª posição, possuindo apenas 6% de seus moradores um diploma de ensino superior concluído (CODEPLAN, 2016).

Considerando de seguida as categorias de adolescentes e de jovens, Dias *et al*. (2019:276 ss) traçam um retrato no DF em que também são igualmente evidenciadas desigualdades não só no acesso e sucesso na escola e no ensino superior como na inserção no mercado de trabalho. Quanto aos adolescentes-jovens até aos 14 anos, se nas regiões de alta renda apenas 2,6% são aprendizes no trabalho, nos de baixa renda tal sobe a 11,3%, explicável pela necessidade de sobrevivência dos próprios e suas famílias. Por seu turno, a juventude, cuja percentagem, em relação à população total, nos municípios mais pobres é mais elevada que nos mais ricos (30% vs 20%), conhece, na faixa etária dos 15 aos 24 anos, taxas de frequência da escola e do ensino superior

mais elevadas nas regiões de alta e média-alta renda do que nas regiões de média--baixa e baixa renda (respetivamente 79,2% na alta, 62,5% na média-alta, 51,2% na média-baixa e 48,4% na baixa). Por outro lado, para além da considerável taxa média de 10,3% de jovens inativos no DF que "nem estudam nem trabalham"[5], no que concerne o mercado de trabalho na faixa dos 15 aos 29 anos, enquanto em regiões de alta renda os jovens ocupados são 40,4%, nas regiões de baixa renda a percentagem sobe a 47%, registando-se, além disso, segundo Cruces et al. (2012) e Corseuil et al. (2016), baixa qualidade de emprego (informal e precário), insuficiente ou nula proteção social e falta de perspetiva profissional. Por razões de necessidade e estratégia de subsistência jovens de áreas mais carenciadas têm, segundo Dias *et al.* (2019:281), paradoxalmente um menor percentagem de inativos (25,8%) do que os jovens de áreas economicamente mais abastadas (48,8%) designadamente por estes últimos não sentirem a pressão imediata de trabalho para subsistência, podendo assim prosseguir estudos, contrariamente aos primeiros que se sentem praticamente forçados a abandonar estudos, quer pelas referidas razões de sobrevivência, quer por bloqueios institucionais, desmotivações e dificuldades de aprendizagem.

3.3 Desigualdades de classe, género e raça/etnia: o trabalho

Com base nos dados disponibilizados pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) em 2017 no DF e analisando designadamente as condições de trabalho das pessoas entre 30 e 59 anos as oportunidades nos mercados de trabalho são, em consonância, com as diferentes pertenças de classe, também elas próprias bem diferenciadas e segmentadas e, comparando homens e mulheres, por um lado e, negros e não-negros, por outro, tais mercados apresentam-se desiguais e discriminatórios. Se é certo que as desigualdades no mercado do trabalho se prendem com diferenças de escolaridade e de produtividade, por sua vez estas terão que explicar-se pelo lugar de cada um/a e respetiva classe de pertença num dos modos de produção presentes em determinada formação social e das relações de produção resultantes das diferenciadas, opostas e, não raro, antagónicas posições de classe. Para entender os diversos tipos de desigualdades, as assimétricas posições com base na pertença de classe terão de ser articuladas e intersectadas, como o sustentam vários estudiosos/as, com as desigualdades por género e raça/etnia (A. DAVIS, 2016/1981; CRENSHAW, 2000/1988; WALBY, 1997; HOOKS, 2000; McCALL, 2005; NOGUEIRA, 2013) com as desigualdades por género e por raça/etnia. Em termos de género, não obstante as mulheres possuírem percentagens mais elevadas dos diversos níveis de escolaridade que os homens nas áreas de renda quer de alta quer de baixa renda, pelos dados do PED de 2017, relativamente à população entre os 30 e 59 anos, no DF os homens, para além de conhecerem uma menor taxa de inatividade em relação às mulheres (23,3% vs 76,7%), participam mais que as mulheres nos mercados de trabalho na ordem de 89,4% *versus* 71,7% (PRONI; GOMES, 2015; VASCONCELOS *et al.,* 2019b:293-294). Há, porém, que ter em conta que, enquanto a participação feminina no mercado de trabalho nas áreas centrais do DF se prende amiúde como reivindicação de um direito e sobretudo de legítimas aspirações de realização no campo profissional, nas áreas periféricas e de baixa renda a participa-

5 Especificado por tipo de renda: 10,2% entre jovens residentes em áreas de alta renda, 9,3% de média--alta, 11,2% de média-baixa e 10,6% de baixa renda (Dias et al. 2019:285).

ção feminina no mercado de trabalho tem por razão forte a necessidade estratégica de sobrevivência e/ou de complemento à baixa e insuficiente renda do marido ou da família ou então trabalham no setor privado informal e sem carteira, por conta própria ('autônomas') ou simplesmente como 'domésticas'. De resto, quer nas áreas e escalões de renda média-alta e alta, quer nas de baixa-média e baixa renda se verificam diferenciais de remuneração entre homens e mulheres em detrimento destas últimas. Mais uma vez, se compararmos o rendimento familiar médio mensal *per capita* nas famílias situadas no Plano Piloto e na Ceilândia, verificamos o fosso salarial de 7,06 salários mínimos no primeiro e 1,16 salário na segunda (CODEPLAN, 2016).

Relativamente à desigualdade racial-étnica, nomeadamente entre brancos/as e negros/as, esta se manifesta não só nos tipos de profissões e atividades como nos tipos de áreas espaciais. Ou seja, por um lado, nas posições mais prestigiadas ou profissões e atividades mais bem remuneradas os brancos estão de longe bastante mais representados que os negros (43,3% vs 26,3%) e, por outro, nas áreas centrais e de renta mais elevada concentra-se a população branca, nas áreas de rendas mais baixas se concentram 70% de pessoas negras (VASCONCELOS *et al.,* 2019b:295).

Ao longo dos 60 anos da criação de Brasília a oferta de trabalho e o grosso de atividades comerciais e sobretudo de serviços melhor remunerados, designadamente da administração pública, tem-se concentrado basicamente no Plano Piloto e mesmo alguma desconcentração de atividades ocorre "por inércia e não por deliberação do planejamento urbano-metropolitano" (PAVIANI, 2019:48). Além disso, os empregos oferecidos na periferia, além de reduzidos, têm a desvantagem de serem pior remunerados. Segundo Paviani (2019:51) e Cruz (2019:61), de 1,671 milhão de pessoas economicamente ativas (IPEA), 52% trabalham no Plano Piloto e 75% desta massa salarial concentra-se no centro da cidade. Embora a média do desemprego no DF fosse de 18% em 2018, o desemprego atingia de modo diferenciado os quatro grupos de renda classificados por Paviani (2019:52): 8,2% os de renda elevada, 17% os de renda média-alta, 21,1% os de renda média-baixa e 23,6% os de renda baixa. Mais, em tempos de crise como a verificada em 2013, esta afetou mais severamente os moradores das cidades-satélite que os do Plano Piloto e do próprio Distrito Federal não só no desemprego mas também na degradação das condições de vida e habitação. Das 31 cidades inerentes às regiões administrativas do DF 5 delas concentram metade da renda das famílias, das quais apenas duas têm renda elevada: Brasília e Sudoeste (MAIA, CORREIO BRASILIENSE, 12/5/2013 *in* BESSA; BOULLOSA, 2019:123).

Uma categoria social também atravessada por desigualdades em termos socio-espaciais é composta por pessoas idosas que, perante o aumento de esperança de vida possibilitada pelas condições de vida e habitação (saneamento, água potável) e o avanço da medicina, vem constituindo contudo um problema de sustentabilidade na medida, enquanto em 2002 o *ratio* de contribuintes para aposentados era 8:1,2, em 2018 é 3:1 (KOHL, 2008; IBGE, 2018). No DF se em 2010 havia 200.000 idosos, em 2020 passarão a 346.000 e em 2030 subirão a 565.000, representando 16,6% e 25,2% da população (BRASIL, 2018 *in* MOURA *et al*., 2019:304). De modo geral a esperança de vida e o correlativo aumento de pessoas idosas com 60 ou mais anos estende-se a todas as classes ou estratos sociais e, portanto, não é restrita a idosos de grupos de renda elevada. Todavia, tendo por base o contexto histórico da formação de Brasília e a origem socio-espacial dos migrantes desde os anos 50-60 do século passado, os homens e mulheres a viver no centro, por comparação com homens e mulheres a viver na

periferia, apresentam em média respetivamente mais 6 e 4 anos de vida. Esta desigualdade prende-se não só com o acesso desigual a serviços, equipamentos e cuidados, mas também a diferenciadas trajetórias, particularmente o nível de escolaridade. Com efeito, segundo o PED de 2017, enquanto nas áreas de baixa renda cerca de 80% das pessoas idosas não tinham concluído o ensino básico, nas áreas de média-baixa a taxa era de 68%, nas de média-alta de 38,4% e nas de alta renda reduzia-se a 6,4%, ao que se contrapunha nesta última a elevada taxa de 66,4% de conclusão do ensino superior (MOURA *et al.,* 2019:307). Segundo Vieira *et al.* (2016), enquanto homens com 12 ou mais anos de estudo, por comparação com homens com 7 ou menos anos de estudo, gozavam mais 11,5 anos de esperança de vida aos 25 anos, as mulheres no mesmo registo comparativo gozavam mais 6,4 anos, resultados estes que se prendem não só com o número de anos de escolaridade mas com as condições de trabalhos mais duras e outras condições nomeadamente de habitação, de alimentação, de serviços de saúde, de incorporação de discursos médicos, de estilos de vida e até mesmo de acesso à internet (84% entre idosos com elevada renda *versus* 26% com renda baixa).

3.4 A persistência de assimetrias socio-espaciais, infraestruturais e culturais

Tal como noutras regiões do país, nalguns períodos são inegáveis também em Brasília alguns avanços sociais de aumentos reais de salário e de redução da pobreza extrema designadamente entre 2002 e 2014 graças a políticas sociais levadas a cabo por governos do Partido dos Trabalhadores. Tais políticas, provocando aumento da procura interna, combinada com saldos positivos da balança comercial por demanda de mercadorias não industriais por vários países, mormente a China, possibilitou melhorias consideráveis nos níveis de vida da população. Porém, para além da inexistência de rede ferroviária, de deficiências no sistema de educação pré-escolar, básico e secundário e inclusive no sistema universal de saúde (SUS) – problemas aliás extensíveis a todo o país –, Brasília sofre de problemas básicos da insuficiência de infraestruturas (peri) urbanas de transporte (vg. metro), assim como a má qualidade e/ou os elevados custos de transporte para grande parte da população residente nas periferias, nas suas deslocações pendulares no dia a dia. Tal situação estimula cidadãos/ãs com alguns recursos a utilizarem o automóvel privado, potenciando assim congestionamentos sobretudo nas horas de ponta. Porém, o mais chocante é a discrepância nos padrões de habitação entre os cidadãos residentes no Plano Piloto e os moradores das cidades-satélite ou cidades-dormitório, em que 212.000 destes moradores se deslocam diariamente para o trabalho no Plano Piloto. Consensualizado que Brasília é uma metrópole (cf. FERREIRA, 1985; FERREIRA; STEINBERGER, 2005; PAVIANI, 2010; BESSA; BOULLOSA, 2019; BERTHOLINI *et al.,* 2019), as populações da Periferia Metropolitana de Brasília (PMB), apesar das consideráveis melhorias do IDH (renda, educação e saúde) passando de 0,698 em 2000 para 0,798 em 2010, conhecem ainda em 2013 vulnerabilidades sociais, cujos indicadores são mais desfavoráveis que a média do Distrito Federal: 12 a 15% de analfabetismo e 25% de abandono escolar em crianças dos 6 aos 14 anos (cf. CODEPLAN *in* CRUZ, 2019: 61 ss). Enquanto o ensino superior é obtido em 2017 por 25% dos residentes do Distrito Federal, por exemplo, em Formosa é alcançado aproximadamente por metade com 12,7% e em Águas Lindas de Goiás fica-se nos 2% (CRUZ, 2019:66). A maior parte dos que trabalham nas periferias tem baixa escolaridade: 83% em Ceilândia, 79,5% em Taguatinga, 76% em Samambaia, 85,1% em

Sobradinho, 83,3% em Sobradinho II, sendo ainda mais elevadas as percentagens em municípios mais afastados de Brasília, como Cristalina com 97,1%, 88% em Formosa e 88% em Alexânia (VELLOSO; JATOBÁ, 2016).

Não obstante as proclamações retóricas, Brasília reproduziu, como aliás outras cidades, o padrão inigualitário, padrão este que não tanto os planejadores como sobretudo os políticos não se têm esmerado em contrariar e potenciar projetos de coesão social e diminuição de desigualdades socio-espaciais. Certamente não será de esperar que os cidadãos/ãs, residindo na periferia sem condições mínimas de qualidade de vida e bem-estar, não terão as mesmas imagens, representações oficiais e símbolos das classes hegemónicas e intermédias sediadas no Plano Piloto. Donde, as memórias, histórias e processos de identidade dos candangos e demais grupos excluídos do Plano Piloto foram soterradas na construção e recriação da cidade e, como tal, não se revêem nas narrativas oficiais, tendendo a ver a Brasília como cidade 'apartada', uma 'projeção holográfica' (QUEIRÓS *in* PERES, 2019:215) e, por isso, (re)criam as suas próprias identidades na base da sua pertença de classe e étnica, exprimindo-as nas suas duras trajetórias de vida, de trabalho e alojamento precário, nas suas tradições e nas festas.

Se pretendermos avaliar até que ponto as políticas culturais e, em particular, as políticas de financiamento da cultura é ou não democrática e acessível às populações, com base quer nos preceitos e orientações legais a nível constitucional e estadual – neste caso do DF – constatamos o desigual acesso e fruição por parte dos grupos e entes culturais – isto visto do lado da produção e oferta de bens culturais – ora por parte dos cidadãos/ãs consumidores/as. Se no registo constitucional e legal é afirmado o princípio geral ou universal do direito à cultura, articulado ou não com outros direitos socio-educativos, do ponto de vista político as políticas culturais proporcionam canais de financiamento por via de empresas ou agentes operantes no mercado. Deste modo, podem ser contemplados os que preenchem requisitos impostos pelo mercado ou pelas instâncias do poder federal ou institucionais, ainda que formalmente proporcionadas pelo mecanismo de editais e subsumidas nas regras de impessoalidade e racionalidade burocráticas tipificadas por Weber (1978). Por outras palavras, os agentes já consagrados na produção e difusão da cultura nos moldes convencionais estabelecidos, arredando os portadores de culturas indígenas, negra e cigana por não serem contempladas nas linhas de apoio, arrecadam o grosso dos apoios. Na política federal, considerando que uma pessoa física apenas pode ter acesso a 200.000 reais por projeto, dado que as empresas patrocinadoras só podem obter abatimento fiscal até 3% no ISS ou 2% no ICMS, tal significa que só grandes empresas com um valor de negócios de 6,7 milhões em ISS ou de 10 milhões em ICMS podem patrocinar projetos certamente marcados ou enviesados *a priori* pelos seus interesses ou orientações ideológicas. A nível do DF, segundo Carmo *et al.* (2019:233), é de registar o Fundo de Apoio à Cultura (FAC) ou o Fundo de Apoio à Arte e à Cultura (FAAC), estando afetos a este fundo 0,3% de receita corrente, que se materializou em 67.996.282 reais, a que acresceram 14.6 milhões de reais pela Lei de Incentivo à Cultura (LIC). Porém, tal como referem estes autores, o problema maior situa-se nas dificuldades de inscrição (níveis de renda, acesso a internet) e na desigual distribuição não só por grupos de eventuais entes e agentes culturais, mas também por unidade espacial no seio do DF. Com efeito, com base nos dados disponibilizados pela CEAC, das 329 inscrições 60% localizam-se na região central e dos 250 proponentes habilitados com base nos editais, 50% destinaram-se a 11,9% da população localizada no Plano Piloto, Lagos Sul e Norte e o Sudoeste/Octogonal, ficando a

outra metade distribuída por 88,1% da população doutros municípios do DF (CARMO *et al.,* 2019:238). De resto, como referem ainda Makiuchi *et al.* (2019:242-244), a política cultural no DF, não obstante alguns pequenos avanços de institucionalização da cultura induzida a nível federal a partir dos Conselhos Regionais de Cultura, também conhece desde a primeira hora um tratamento discriminatório do centro em relação à periferia, o qual ainda se mantém na medida em que esta não é reconhecida nem participante nem envolvida, assim como as suas comunidades e respetivos criadores de cultura designadamente popular. Além de dificuldades como falta de informação e entraves burocráticos, por exemplo entre 2011-2014, 77% dos recursos foram afetos à cadeia produtiva e a grupos e linguagens artísticas já estabelecidas (CARMO *in* MAKIUCHI *et al.,* 2019:249).

Perante os impasses administrativo-legais e sobretudo a captação e mesmo captura do Estado por forças do mercado, Bessa e Boullosa (2019), Peres e Bessa (2016) e Peres (2019) constatam um fosso entre a retórica da associação de patrimonialização-desenvolvimento, expressa na legislação, nos discursos e nos midia, e a realidade. Mais, inspirando-se em Dewey (1927) e Lefevre (2013:225), consideram que para superar tais impasses, é respetivamente necessária a mobilização dos atores para a consciencialização dos problemas sob o 'guarda-chuva' do interesse público,[6] assim como a necessidade de uma governança metropolitana aberta aos atores sociais e seus territórios, mais focada no processo e não tanto nas instituições e sobretudo, numa base horizontal, sensível aos diversos problemas tais como mobilidade, transporte, saúde, educação e habitação. O direito à habitação é, a par dos direitos básicos à saúde e à educação, considerado também um primeiro direito fundamental por várias Constituições, inclusive pela brasileira. Na prática e na própria política pública trata-se de um direito ao qual bastantes Estados a nível central e estatal, regional ou local não têm dado a devida atenção nem investido suficiente e adequadamente, o que será seguidamente objeto de reflexão e assumido como como um campo de reivindicação e luta pelos próprios atores coletivos, nomeadamente movimentos sociais urbanos.

4 A cidade como lugar de lutas sociais: a relevância da habitação como primeiro direito

A vida social desenrola-se em lugares concretos, em relação com os mais variados elementos e estruturas que compõem o espaço físico, assumindo nele a habitação uma função-chave. Tal como foi notado por Ribeiro, Portela e Gerry (2009), as pessoas possuem uma margem relativa de agência para configurar os espaços urbanos, variável em função dos contextos histórico-espaciais e sempre sujeita aos constrangimentos impostos pelas estruturas onde a ação se inscreve, como justamente assinala Bourdieu (1997), não podendo, portanto, a força destes constrangimentos estruturais ser ignorada. Não sendo homogéneo, é no espaço que se inscrevem as condições materiais de existência (Hall 1986), é nele que se constroem e se exprimem as distinções que,

6 Por si só não bastará a convocação do conceito de público para arredar os interesses privados que prejudicam o interesse público dos cidadãos/ãs, pois o espaço público ele próprio pode ser capturado por interesses particulares, o que é salientado por Lefebvre (1968) quando ele alude às vivências de moradores da cidade abafadas pela racionalidade tecnocrata ou política que age em função de grupos de interesses privados. O mesmo é argumentado por Delgado (2011) na sua obra significativamente intitulada "El espacio público como ideología". Cf. também Peres (2019).

segundo o sentido dado por Bourdieu (1979), marcam muitos outros aspetos da vida social, como o local e o tipo de habitação, as atividades e os lugares de lazer. A organização das aldeias, das vilas e das cidades decorre sempre das estruturas e dinâmicas históricas, isto é, da estrutura social, do papel dos atores sociais, das instituições e da ação do Estado. Estamos assim perante realidades dinâmicas que não se apresentam em "estado puro", como assinala Baptista (1999, 2006:55), na esteira de Remy e Voyé (1976).

Sendo a habitação um dos problemas centrais da sociedade urbano-industrial estruturada em torno da produção, do consumo e da circulação e despreocupando-se o capital de utilidades não lucrativas como a habitação básica e acessível, o Estado a nível federal, distrital e/ou municipal terá de suprir tais funções imprescindíveis para a reprodução da força de trabalho, intervindo na produção e apropriação, ordenamento e gestão do espaço urbano, um recurso humano limitado, mas desigualmente distribuído e, relativamente ao mercado habitacional, uma mercadoria heterogênea e segmentada, cujo acesso é economicamente condicionado (TOPALOV, 1987; CHOMBART DE LAUWE, 1987; LOPES, 2002; BOURDIEU, 2006; SILVA, 2012). Porém, com a globalização da economia e respetivos processos de (des)localização conforme as vantagens comparativas oferecidas, a autonomia das instâncias municipais e mesmo estaduais tem-se reduzido consideravelmente, acabando por afetar os tecidos urbanos. Mas não do mesmo modo e com a mesma intensidade. Não sendo as cidades imunes aos processos e dinâmicas que resultam da referida globalização, certas cidades não só não perdem relevância, como acrescentam poder e capacidade de influência, nomeadamente na captação de recursos, as quais são designadas por Sassen [2001 (1991)] como 'cidades globais'.

As cidades são espaços privilegiados de ação do capital, nos quais este procura maximizar por todos os meios a produção de mais-valias e rendas que conduzem recorrentemente a situações de colapso dos esquemas creditícios. As consequências estão bem expostas pela última grande crise do capitalismo de 2007/08, na qual os créditos especulativos com a habitação das famílias pobres nos Estados Unidos da América jogaram um papel decisivo.

O alojamento é um dos sectores económica e socialmente mais sensíveis e tendentes a operar uma dualização ou polarização de espaços e uma filtragem das populações urbanas, na medida em que o valor do solo e da habitação, sujeito às leis do mercado fundiário urbano, se interliga com a renda fundiária urbana e difere conforme o local da cidade, em regra mais caro quanto mais próximo do centro (SANTOS, 1982; M. SANTOS, 1988; SILVA, 2012). Ele engloba diversas vertentes desde o alojamento público ao privado, do legal ao clandestino, dos movimentos de ocupação de casas até à autoconstrução, à reivindicação de gerir e reorganizar o espaço urbano, incluindo a própria reabilitação urbana em espaços degradados, indo ao encontro não só dos moradores como dos pequenos proprietários de casas e lojas, contrários às invasões dos grandes grupos económicos. Os grupos sociais desprovidos ou menos providos são arredados para a periferia e, quando no centro, além de desestruturados, marginalizados e estigmatizados, são objeto de medidas de pressão, deslocalização, 'assalto' e expulsão por efeito de especulação imobiliária e processos de regeneração e gentrificação (instalação de multinacionais, bancos, centros comerciais, repartições públicas, habitação para elites e/ou camadas intermédias) (V. FERREIRA, 1982; ZUCKIN, 1987; PEREIRA, 2005; FARIA, 2009; SILLVA, 2012; QUEIRÓS, 2015; F. M. RODRIGUES; SILVA, 2015).

O alojamento constitui uma das questões fulcrais suscetíveis de desencadear lutas e movimentos urbanos. De resto, a reabilitação urbana, para além da recuperação física e melhoria dos imóveis (isolamento térmico, aquecimento), exige, como refere Bonetti (1994: 18 ss), a promoção de uma gestão urbana integrada, estendendo-se a outros sectores (educação, cultura, segurança, juventude) e potenciando a participação democrática nas decisões relativas ao bairro, vila ou cidade-satélite em questão. Por outras palavras, o alojamento é um elemento-chave no direito à cidade. Apesar de ainda negado a uma parte significativa dos cidadãos/ãs e famílias do nosso tempo, este direito exige o acesso a uma habitação digna, tal como o exigem os preceitos constitucionais da maior parte dos países mais avançados como o do Brasil (art. 6, n.o 90, Emenda Constitucional, CF do Brasil, 2015). A questão urbana e suas lutas não se esgotam no alojamento, não obstante a sua relevância para os cidadãos/ãs. No século XIX ela assumia uma especial importância nas lutas sociais no nascente capitalismo industrial, de que Engels [1975 (1872)] dá bem conta no seu clássico livro sobre *O problema da habitação.* A questão urbana era já uma questão social central, mesmo quando a larga maioria das pessoas ainda habitava no campo, mas ela recrudesceu quando, tal como referem Castells (1976) e Harvey (2011), a luta se intensificou nas cidades, desde a própria Comuna de Paris, em que um dos seus primeiros decretos foi justamente sobre uma moratória do pagamento das rendas. Apesar de a maioria da população mundial viver já em cidades, o mundo prossegue a sua marcha acelerada de urbanização e concomitante reorganização das cidades, marcada pela concorrência entre elas para captar investimentos e grupos sociais afluentes, por um lado, e responder aos efeitos produzidos pelas desigualdades sociais, por outro (cf. PEREIRA; BAPTISTA; NUNES, 2011). A vida nelas está longe de ser fácil para a maioria da população urbana, cada vez mais expulsa dos centros nobres das cidades e confrontada com múltiplos problemas e privações, incluindo fome e escassez de água potável (CAPARRÓS, 2015; WCR, 2016), sobretudo em espaços degradados, levando diversos autores a caracterizá-los como *ghettos* e espaços integrantes do que Davis (2006) denomina “planeta favela”.

5 Considerações finais

O desenho de uma cidade alegadamente racional, coesa e harmónica numa sociedade perpassada de centros de poder e de composição de classes opostas e antagónicas, não obstante as suas boas intenções ou projeções, está votada ao fracasso, sendo incapaz de alterar a correlação de formas, reproduzindo as desigualdades inscritas na própria estrutura económica, social e política. Como foi possível constatar, há uma contradição entre a criação e o desenho imaginado de uma cidade harmónica, bela e alegadamente funcional com o processo de recriação e reforço de desigualdades não só económicas e sociais como territoriais entre o centro materializado no Plano Piloto e as periferias que se foram construindo ora por efeito de expulsão dos interesses do centro, ora por iniciativa dos expulsos do centro para a periferia. Não basta um projeto por mais avançado, ambicioso e utópico que seja por parte de desenhos ou projeções dos urbanistas e dos arquitetos para que seja realizável no quadro de uma sociedade que não conheceu alteração na estrutura de poder económico e político. Por outras palavras, para implementar e com eficácia um projeto que represente uma profunda alteração na configuração e nos objetivos duma cidade mais equitativa, transparente e

democrática, há que alterar o poder político, quer a nível central, quer a nível municipal, de modo a contrariar a lógica e tendências dominantes; doutro modo, as situações de reprodução das desigualdades podem manter-se ou mesmo reforçar-se e agravar-se.

Se está longe o horizonte de uma cidade coesa e aprazível para todos, o problema de aceder aos direitos básicos como sejam a saúde, a educação, assim como o fruir de uma habitação básica condigna e de acesso à cultura, tendo em conta as variadas formas e práticas culturais do povo brasileiro, é ainda mais problemático, mais ainda na atual conjuntura de regressão e negação de direitos sociais e humanos básicos no Brasil.

Particularmente em relação à habitação, importará através do controlo e disposição de parcelas de terrenos para construção aumentar a construção de alojamentos a custos controlados, seja pela via da co-participação do Estado Federal ou do Distrito Federal na (auto)construção ou no acesso à habitação social, seja ainda, como ocorre em diversos países do centro e sobretudo do norte de Europa, por uma política de solos anti-especulativa, implementando regras de gestão, distribuição e atribuição de alojamento com contenção nos montantes dos aluguéis de casas disponibilizadas por proprietários privados.

Referências

BAPTISTA, Luís. **Cidade e Habitação Social**. Oeiras: Edições Celta, 1999.

———. Urbanização, ruralidade e suburbanidade: conceitos e realidades, *In*: C. BALSA (org.). **Relações sociais de espaço**: homenagem a Jean Remy. Lisboa: Colibri/Ceos, 2006. p. 55-66.

BARTH, Frederic. **Ethnic Groups and Boundaries**. The Social Organization of Cultural Difference. Oslo: Bergen/Tromso, 1980.

BECKER, Howard. **Outsiders**. Studies in the Sociology of Deviance. Nova Iorque: The Free Press, 1968.

BERTHOLINI, F.; RENNÓ, L. CRUZ, B. Redes de Políticas e Políticos na Área Metropolitana de Brasília. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 137-151.

BESSA, L. F. M.; BOULLOSA, R. F. A metrópole é uma só? Reflexões sobre a governança metropolitana de Brasília. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 121-135.

———.; NASCIMENTO, W. M. Preto no Brano da política habitacional de Brasília: a intersecção das pautas étnico-raciais e de direito à moradia. *In*: SILVA, M.C.; BAPTISTA, L. V.; RODRIGUES, J. F.; VASCCONCELOS, A. M. (Orgs.). **Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2020. p. 239-256.

BONETTI, Michel. Revalorisation des quartiers en crise: de la rehabilitation à la gestion urbaine integrée. **Sociedade e Território**, n. 20, p. 17-25, 1994.

BOURDIEU, P. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
———. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Acção. Oeiras: Celta, 1997.
———. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo de Letras, 2006.

BRANDÃO, Alexandre. Brasília Metropolitana – Desintegração ou não-Integração?. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 35-46.

CARMO, C. M. V.; HERNANDEZ, L. S. BISNETO, M. M. V.; MAKIUCHI, M. F. R. Concentração e Desigualdades: um olhar para a política de financiamento à cultura do Distrito Federal. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 227-240.

CAPARRÓS, Martín. **El hambre**. Madrid: Anagrama, 2015.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. Madrid: Siglo XXI, 1982.
———. **Lutas urbanas e poder político**. Porto: Afrontamento, 1976.

CHOMBART de LAUWE, P. H. A organização social no meio urbano. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenómeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987. p. 114-133.

CODEPLAN. **Projeções populacionais para as RAs do Distrito Federal 2010-2020**. Brasília: Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2018. Disponível em: <http://www.codeplan.df.gov.br/demografia/>. Acesso em: 01 dez. 2019.

COSTA, António Firmino. **Sociedade de Bairro**. Dinâmicas Sociais da identidade cultural. Oeiras: Celta Editora, 1999.

COSTA, Lúcio. O urbanista defende a sua vivência. In: COSTA, L. (Org.) **Registro de uma vivência**. São. Paulo: Empresa das Artes, 1995.
———. Governo do Distrito Federal. *In*: **Brasília 57-85 (do plano piloto ao Plano Piloto)**. Brasília: GDF, 1985.
———. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: ArPDF/Codeplan/Depha, 1991.

CORSEUIL, C. H.; FRANCA, M.; POLOPONSKY, K. Trabalho informal entre os jovens brasileiros: considerações sobre a evolução no período 2001-2013. *In*: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (Orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

CREENSHAW, Kimberlé. Race Reform and Retrenchment. Transformation and Legitimation in antidiscrimination Law. *In*: BACK, L.; SOLOMOS, J. (Orgs.), **Theories of Race and Racism**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000. p. 549-560.

CRUCES, G.; HAM, A.; VIOLAS, M. **Scarring effects of youth unemployment and informality**: evidence from Argentina and Brazil. Brasília: (?) (policopiado), 2012.

CRUZ, Bruno de O. Área metropolitana de Brasília e o mercado de trabalho. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2010.

DEWEY, John. **The Public and Its Problems**. Nova Iorque: Henry Holt, 1927.

DIAS, T. S.; VASCONCELOS, A. M. N.; BARBOSA, L. C. S.; MOURA, L. B. A. As juventudes da metrópole. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 275-290.

DURKHEIM, Émile. **A Divisão Social do Trabalho**. Lisboa: Presença, 1977.

ELIAS, Norbert. **The Established and the Outsiders**. Londres: Frank Cass e Co., 1965.

ENGELS, Friedrich. **O problema da habitação**. Lisboa: Estampa, 1975.

FARIA, Carlos Vieira. **As Cidades na Cidade**. Movimentos sociais urbanos em Setúbal, 1966-1995. Lisboa: Esfera do Caos, 2009.

FERREIRA, Vitor Matias. Os movimentos urbanos e o S.A.A.L.: a ambiguidade e os equívocos. **A Ideia**, n. 24, 1982. p. 17-34.

FERREIRA, I. C. B. O processo de urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília. *In*: PAVIANI, A. (Org.). **Brasília, Ideologia e Realidade**: o espaço urbano em questão. São Paulo: Ed. Projeto, 1985.
———.; STEINBERGER, M. O modelo de gestão de Brasília e as Políticas Urbanas Nacionais. **Cadernos Metrópole**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 63-83, 2005.

FURTADO, B. A.; MATION, L. F.; MONASTERIO, L. Fatos estilizados das finanças públicas municipais metropolitanas brasileiras entre 2000 e 2010. *In*: FURTADO, B. A.; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. (Orgs.). **Território Metropolitano, Políticas Municipais**. Brasília: IPEA, 2013. p. 291-311.

GANS, H. J. **The Urban Villagers**. Group and Class in the Life of Italian-Americans. Nova Iorque: The Free Press, 1962.

GASPAR, Jorge. Da observação de Lisboa: alguns apontamentos. **Philosophica**, n. 4, p. 47-58, 1994.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HALL, Edward T. **A Dimensão Oculta**. Lisboa: Relógio d'Água, 1986.

HANNERZ, Ulf. **Explorer la ville**. Paris: Minuit, 1983.

HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social**. Madrid: Siglo XXI, 1977.
———. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
———. **O enigma do capital**: E as crises do capitalismo. Lisboa: Bizâncio, 2011.

HOOKS, Bell. Racism and Feminism. *In*: BACK, L.; SOLOMOS, J. (Orgs.), **Theories of Race and Racism**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2000. p. 373-388.

IBGE. **Coordenação de População e Indicadores Sociais**. Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IPHAN. **Brasília, a cidade que inventei**. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional, 2014. 3. edição.

JATOBÁ, S. U. S. Brasília: até que ponto se fragmentou a utopia modernizante?. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 183-196.

KAGEYAMA, Ângela. Alguns efeitos sociais da modernização agrícola. In: **Verdades e Contradições**. São Paulo: Caités, 1987. p. 99-123.

KOHL, Daniel. Os diferenciais previdenciários intraocupacionais no Brasil. 2008, 145 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

LEDRUT, Raymond. **Sociologie Urbaine**. Paris: PUF, 1968.

LEFEBVRE, Henri. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

LEFÉVRE, Christian. Gouverner les metrópoles. L' improbable Gouvernement Metropolitain, **Revue Sociologie et Sociétés**, v. XLV, n. 2, 2013. p. 223-242.

LOPES, João Teixeira. **Novas questões de sociologia urbana**: conteúdos e "orientações" pedagógicas. Porto: Afrontamento, 2002.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1982.

McCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800. 2005.

MAKIUCHI, M. F. R.; RIBEIRO, M.; ARTEAGA, P. E. M. Política Cultural no Distrito Federal: Território, Descentralização e Participação. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 241-253.

MARX, Karl. **O Capital**. Lisboa: Delfos, 1974.

MATHIEU, Márcia R. de A. Brasília, é uma cidade só? O impacto das medidas preservacionistas do Plano Piloto na expansão dos espaços urbanos da área metropolitana de Brasília. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 197-209.

MOURA, L. B. A.; CRUZ, R. C. S.; BEZERRA, P. A.; BORGES, G. V.; VASCONCELOS, A. M. N. A Pessoa idosa na área metropolitana de Brasília: oportunidades e desafios. *In*:

VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 303-317.

NEWBY, Howard. Urbanización y estructura de clases rurales: reflexiones en torno al estudio de un caso. **Agricultura y Sociedad**, n. 14, p. 9-48, 1980.

NOCKO, Larissa; COITINHO, Renato C. Metrópole em tempos de crise: Finanças públicas na área metropolitana de Brasília. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 73-91.

NOGUEIRA, Conceição. A teoria da interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de 'novas possibilidades' no projeto de uma psicologia feminista crítica. *In*: BRIZOLA, A. L. et al. (Orgs.). **Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos**. Florianopolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC, 2013.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia brasileira**: crítica da razão dualista. Petrópolis: Vozes, 1987.

PAHL, R. E. The Rural-Urban Continuum. **Sociologia Ruralis**, v. VI, n. 3-4, p. 299-329, 1966.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (Org.). **O fenómeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1987. p. 26-67.

PAVIANI, Aldo. A metrópole terciária: evolução urbana socio-espacial. *In*: PAVIANI, A. (Org.), **Brasília 50 anos**: da capital a metrópole. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2010.

———. Área Metropolitana de Brasília a integrar: o desafio do desemprego e da descentralização de atividades. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 47-58.

———. Crescimento urbano e espaço de pertencimento à Capital Federal. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mai. 2018. Caderno Opinião.

PEREIRA, Virgílio. **Classe e culturas de classe das famílias portuenses**. Classes sociais e 'modalidades de estilização de vida' na cidade do Porto. Porto: Afrontamento, 2005.

PEREIRA, Patrícia; BAPTISTA, Luís V.; NUNES, João Sedas. Editorial. **Forum Sociológico**, n. 21, 2011. p. 7-9.

PERES, Janaína. L. P.; BESSA, Luiz Fernando. Brasília, capital-patrimônio: sinergia para o desenvolvimento sustentável. *In*: GIOMETI, A. B. R.; DAVID, C. M. (Orgs.). **Um descortinar sobre patrimônio e desenvolvimento sustentável no século XXI**, vol. I. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 231-252.

———. A cidade é uma só? Brasília e os perigos de uma resposta única. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019. p. 211-225.

PRONI, M. W.; GOMES, D. Precariedade ocupacional: uma questão de gênero e raça". **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 29, n. 85, p. 137-151, 2015.

QUEIRÓS, João P. **No Centro, à margem**. Estudo sociológico das intervenções habitacionais no centro do Porto e das suas consequências sociais. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014.

REMY, Jean; VOYÉ, Liliane. **La Ciudad y la Urbanización**. Madrid: Estudios de la Administración Local, 1976.

REZENDE, F.; GARSON, S. Financing metropolitan áreas in Brazil: political, institutio Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços nal and legal obstacles and emergence of new proposals for improving coordination. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2006. p. 5-34.

RIBEIRO, Fernando Bessa; PORTELA, José; GERRY, Chris. A terra dos heróis: espaço urbano e vida comercial em Manjacaze (Moçambique). **Análise Social**, v. XLIV (4), n. 193, p. 825-847, 2009.

RODRIGUES, Fernando Matos; SILVA, Manuel Carlos. **Cidade, Habitação e Participação**. O processo SAAL na ilha da Bela Vista. Porto: Afrontamento, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, o Direito e a Questão Urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 9, p. 9-86, 1982.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos teórico e metodológico de Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.
———. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SASSEN, Saskia. **The Global City**. Nova Iorque: Princeton University Press, 2001.

SCOTT, James. **Domination and the Arts of Resistance**: Hidden Transcripts. New Haven: Yale University Press, 1990.

SENNET, Richard. Capitalism and the City: Globalization, Flexibility and Indifference". *In*: KAZEPOV, Y. (Org.), **Cities of Europe**: Changing Contexts, Local Arrangements and the Challenge to Social Cohesion. Oxford: Blackwell, 2005. p. 109-122.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa** – Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Manuel Carlos. **Resistir e adaptar-se**. Constrangimentos e estratégias camponesas no noroeste de Portugal. Porto:Afrontamento, 1998.
———. **Dos modelos tradicionais a um olhar poliédrico sobre a cidade**. Encontro Temático Intercongressos Cidades e culturas: novas políticas, novas urbanidades. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p. 54-66.
———. Espaço, tempo e sociedade: alguns elementos de reflexão. *In*: BALSA, C.; FARIA, C. (Orgs.), **A Cidade como Artefacto**. Lisboa: Colibri e Universidade Nova de Lisboa, 2006. Em homenagem a Jean Remy.
———. **Socio-Antropologia rural e urbana**. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010). Porto: Afrontamento, 2012.

———.; BAPTISTA, Luís Vicente; RIBEIRO, Fernando Bessa; FELIZES, Joel; VASCONCELOS, Ana Maria Nogales (Orgs.). **Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2021

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carle. **Principles of Rural-Urban Sociology**. Nova Iorque: Henry Holt, 1929.

SOUSA, Aline Perfeito de. Desigualdades nas trajetórias entre meninos e meninas nos anos finais do ensino fundamental da Ride-DF: uma análise dos dados do Censo Escolar 2012-2016. 2017. v. 81 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

THRIFT, Nigel; WILLIAMS, Peter. **Class and Space**. The Making of Urban Society. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1988.

TOPALOV, Christian. **Le logement en France**. Histoire d'une merchandise impossible. Paris: Press de la FNSP, 1987.

VELHO, Octavio. **Sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VASCONCELOS, A. M. N.; FERREIRA, I. C. B.; MACIEL, S. B.; GOMES, M. M. F.; CATALÃO, I. Da utopia à realidade: uma análise dos fluxos migratórios para o aglomerado urbano de Brasília. *In*: **Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu: ABEP, 2006.

———. et al. **As crianças e adolescentes do DF**: um retrato a partir do PDAD 2015. Brasília: Estudo Codeplan, 2017.

———.; BARBOSA, L. C. S.; CRUZ, R. C. S. e MOURA, L. B. A. Marcadores de desigualdades no nascer e no crescer na Metrópole. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M. e PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019a. p. 257-273.

———.; PEREIRA, J.; DUTRA, K. T. A vida adulta na metrópole e as desigualdades no mundo do trabalho. *In*: VASCONCELOS, A. M.; MOURA, L.; JATOBÁ, S.; CRUZ, R.; MATHIEU, M.; PAVIANI, A. (Orgs.). **Território e sociedade**: as múltiplas faces da Brasília metropolitana. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019b. p. 291-301.

———. A ocupação urbana e as políticas de habitação na área metropolitana de Brasília, Brasil. *In*: SILVA, M. C.; BAPTISTA, L. V.; RODRIGUES, F. M.; FELIZES, J.; VASCONCELOS, A. M. N. (Orgs.). **Espaço urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito**. Vila Nova de Famalicão: Húmus, 2020. p. 223-238.

VELLOSO, M. S.; JATOBÁ, S. U. Novas áreas de centralidade e mobilidade urbana no Distrito Federal. **Revista Brasília em Debate**, n. 13, p. 9-15, 2016.

WALBY, Sylvia. **Gender Transformation**. Londres: Routledge, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **O mundo rural como espaço de vida**: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

WCR (World Cities Report). **Urbanization and development**: emerging futures key findings and messages. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme (UNHabitat), 2016.

WEBER, Max. **Economy and Society I**. California: University of California Press, 1978.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, O. G. (Org). **O fenómeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. p. 90-113.

ZUCKIN, Sara. Gentrification: Culture and Capital in Urban Core. **Annual Review of Sociology**, 13, p. 129-147, 1987.

Apêndice – Siglas

CEAC – Cadastro de Entes e Agentes Culturais
CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
CEI – Campanha de erradicação de invasões
CF – Constituição Federal
CNPq – Centro Nacional de Pesquisas
Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
FAC- Fundo de Apoio à Cultura
ICOMS/ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites*, 1987
ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA – Instituto de Pesquisa Económica Aplicada
IPVA – Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
LIC – Lei do Incentivo à Cultura
UnB – Universidade de Brasília
ONG – Organização não Governamental
WCR – *World Cities Report*